

Alerta Legislação, nº 01, de 02 a 11 de janeiro de 2014

Boletim semanal

Casa Civil do Estado de São Paulo • Biblioteca
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

- **PORTARIA (MPOG) Nº 2, DE 3 DE JANEIRO DE 2014**
[...] **Art. 1º** Ficam divulgados os dias de feriados nacionais e estabelecidos os dias de ponto facultativo no ano de 2014, para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais: [...]
- **INSTRUÇÃO NORMATIVA (RFB) Nº 1.438, DE 2 DE JANEIRO DE 2014**
Aprova o programa gerador da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - Dirf 2014.

Governo do Estado de São Paulo

- **LEI Nº 15.299, DE 10 DE JANEIRO DE 2014**
Dispõe sobre a regionalização e a humanização das Perícias Médicas aos Servidores Públicos Estaduais, e dá providências correlatas
DOE, Seção I, 11/01/2014, p. 1
- **LEI Nº 15.295, DE 8 DE JANEIRO DE 2014**
Dispõe sobre editais de concursos públicos, e dá providência correlata
- **LEI Nº 15.292, DE 8 DE JANEIRO DE 2014**
Define diretrizes para a Política Estadual de Busca de Pessoas Desaparecidas, cria o Banco de Dados de Pessoas Desaparecidas e dá outras providências
- **RESOLUÇÃO SE-85, DE 19-12-2013**
Dispõe sobre a reorganização curricular do ensino fundamental, na Escola de Tempo Integral – ETI, e dá providências correlatas

Prefeitura da Cidade de São Paulo

- **LEI Nº 15.962, DE 10 DE JANEIRO DE 2014**
Estabelece diretrizes a serem observadas na implantação de abrigos e pontos de parada que integram o Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros da cidade de São Paulo com vistas a garantir que seus usuários tenham acesso às informações pertinentes ao serviço prestado, e dá outras providências.
- **LEI Nº 15.960, DE 8 DE JANEIRO DE 2014**
Institui o Serviço de Assistência Psicológica ao Estudante na rede municipal

de ensino, e dá outras providências.

■ **DECRETO Nº 54.760, DE 10 DE JANEIRO DE 2014**

Regulamenta a [Lei nº 15.931, de 20 de dezembro de 2013](#), que dispõe sobre a criação do Programa de Incentivos Fiscais para prestadores de serviços em região da Zona Leste do Município de São Paulo.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
09/01/2014	<u>DECRETO Nº 8.182, DE 8 DE JANEIRO DE 2014</u> Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cingapura sobre a Isenção Parcial de Vistos, firmado em Cingapura, em 14 de dezembro de 2011. <u>DECRETO Nº 8.181, DE 8 DE JANEIRO DE 2014</u> Altera o Decreto nº 6.521, de 30 de julho de 2008, para prorrogar, em caráter excepcional, o prazo de remanejamento dos cargos em comissão que menciona, e dispõe sobre o remanejamento, em caráter temporário, de cargos em comissão para a Secretaria-Geral da Presidência da República. [...] § 1º Os cargos a que se refere o caput destinam-se à promoção do diálogo com os movimentos e segmentos sociais por ocasião da Copa do Mundo FIFA 2014. [...] RETIFICAÇÃO <u>LEI Nº 12.891, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013 (*)</u> (*) Retificação solicitada pelo Senado Federal, através da Mensagem nº 267(SF), de 17.12.2013.
06/01/2014	<u>DECRETO Nº 8.154, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013 (*)</u> Regulamenta o funcionamento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, a composição e o funcionamento do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e dispõe sobre o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. (*) Republicação do Decreto nº 8.154, de 16 de dezembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 17 de dezembro de 2013, Seção 1, por ter constado erro material.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	SECRETARIA DE PORTOS (SEP) <u>PORTARIA Nº 3, DE 7 DE JANEIRO DE 2014</u> Estabelece as diretrizes para a elaboração e revisão dos instrumentos de planejamento do setor portuário - Plano Nacional de Logística Portuária - PNLP e respectivos Planos Mestres, Planos de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ e Plano Geral de Outorgas - PGO.

	→ Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) <u>RESOLUÇÃO Nº 3.220, DE 8 DE JANEIRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Aprovar a norma que estabelece procedimentos para a elaboração de projetos de arrendamentos e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de arrendamento de áreas e instalações portuárias nos portos organizados, na forma do Anexo desta Resolução. [...]
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO (SETEC) → Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação (CTPII) <u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 3 DE JANEIRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Tornar público que será limitada em até 10% a.a. (dez por cento ao ano) a parcela a ser equalizada dos encargos das operações de crédito da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, nos termos do <u>Decreto nº 4.195, de 11 de abril de 2002</u>, e da Portaria nº 727, de 24 de novembro de 2005, para os financiamentos contemplados com o referido benefício e aprovados no primeiro trimestre de 2014, assim como para os que, aprovados anteriormente, venham a ser contratados no referido trimestre. [...]
Ministério da Defesa (MD)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 4/MD, DE 4 DE JANEIRO DE 2014</u> Altera dispositivos da Portaria Normativa nº 83/MD, de 30 de janeiro de 2004, que estabelece a diretriz para a implantação do Sistema de Certificação Digital de Defesa baseado na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) e dá outras providências. COMANDO DA AERONÁUTICA (COMAER) <u>PORTARIA Nº 2.270/GC3, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013</u> Dispõe sobre a convocação, para a ativa da Aeronáutica, de aluno civil matriculado no Curso de Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e o licenciamento do Serviço Ativo da Aeronáutica, do Aspirante a Oficial de Infantaria, Estagiário de Engenharia, e dá outras providências. → Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) <u>PORTARIA COMGEP Nº 36-T/DPL, DE 7 DE JANEIRO DE 2014</u> Aprova o Aviso de Convocação para a Seleção de Profissionais na Área do Desporto de Alto Rendimento Voluntários à Prestação do Serviço Militar Temporário.
Ministério da Educação (MEC)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Aprova as ponderações aplicáveis entre diferentes etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica, para vigência no exercício de 2014. <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 2, DE 6 DE JANEIRO DE 2014</u> Regulamenta o processo seletivo do Programa Universidade para Todos – ProUni referente ao primeiro semestre de 2014 e dá outras providências. <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 1, DE 2 DE JANEIRO DE 2014</u> Estabelece o Calendário 2014 de abertura do protocolo de ingresso

	de processos regulatórios no sistema e-MEC. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO (SECADI) <u>PORTARIA Nº 1, DE 2 DE JANEIRO DE 2014</u> Institui o Grupo de Trabalho para acompanhar o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo - PROCAMPO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (SESU) <u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2 DE JANEIRO DE 2014</u> Altera a Resolução nº 3, de 16 de setembro de 2011, da Comissão Nacional de Residência Médica, acerca do processo de seleção pública dos candidatos aos Programas de Residência Médica.
Ministério da Fazenda (MF)	BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN) <u>RESOLUÇÃO Nº 4.302, DE 9 DE JANEIRO DE 2014</u> Estabelece as condições para a contratação dos financiamentos passíveis de subvenção econômica de que trata a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009. <u>RESOLUÇÃO Nº 4.301, DE 9 DE JANEIRO DE 2014</u> Altera a Resolução nº 4.289, de 22 de novembro de 2013, que autoriza a renegociação de parcelas de financiamentos rurais vinculadas a lavouras de café arábica. <u>RESOLUÇÃO Nº 4.300, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013</u> Altera a Resolução nº 4.170, de 20 de dezembro de 2012, que estabelece as condições para a contratação dos financiamentos passíveis de subvenção econômica de que trata a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009. <u>RESOLUÇÃO Nº 4.299, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013</u> Autoriza a concessão de rebate para liquidação das operações de crédito rural contratadas ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural Familiar (Proger Rural Familiar). <u>RESOLUÇÃO Nº 4.298, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013</u> Autoriza a concessão de rebate para a liquidação e a renegociação das operações contratadas ao amparo das linhas de crédito para os Grupos "A" e "A/C" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). <u>RESOLUÇÃO Nº 4.297, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013</u> Define os encargos financeiros e o bônus de adimplência das operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento de que trata o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF) – Vice-Presidência de Fundos de Governo de Loterias <u>CIRCULAR Nº 641, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2013</u> Dispõe sobre o Orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, para o exercício de 2013, e dá outras providências. <u>CIRCULAR Nº 640, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013</u> Define critérios para hierarquização e seleção de propostas

apresentadas pelas Securitizadoras ao Agente Operador do FGTS, para aquisição de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, com recursos do FGTS.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB)

PORTARIA CONJUNTA Nº 1.895, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013

Aprova a 8ª Edição dos Manuais Informatizados dos Módulos Venda e Aquisição do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv).

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.440, DE 7 DE JANEIRO DE 2014

Altera a [Instrução Normativa RFB nº 1.412, de 22 de novembro de 2013](#).*

** Dispõe sobre a transmissão e a entrega de documentos digitais nos casos que especifica.*

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.439, DE 2 DE JANEIRO DE 2014

Revoga a Instrução Normativa RFB nº 1.349, de 25 de abril de 2013, que estabelece normas para emissão e envio de arquivo em meio magnético contendo dados relativos a operações em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros, e em mercados de balcão organizado para fins de apuração do IR e institui o Informe de Operações em Mercados Organizados de Valores Mobiliários.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.438, DE 2 DE JANEIRO DE 2014

Aprova o programa gerador da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - Dirf 2014.

[...] estará disponível a partir de 2 de janeiro de 2014, no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço < <http://www.receita.fazenda.gov.br>>. [...]

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.437, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre mecanismo de ajuste para fins de comprovação de preços de transferência na exportação, de forma a reduzir impactos relativos à apreciação da moeda nacional em relação a outras moedas, para o ano-calendário de 2013.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.436, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), destinada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), devida pelas empresas referidas nos arts. 7º e 8º da [Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011](#).

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.435, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre os regimes especiais de pagamento unificado de tributos aplicáveis às incorporações imobiliárias, às construções de unidades habitacionais contratadas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e às construções ou reformas de estabelecimentos de educação infantil.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.434, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013, que dispõe sobre o processo de consulta relativo à

	interpretação da legislação tributária e aduaneira e à classificação de serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.433, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013</u> Dispõe sobre a tabela progressiva anual relativa à tributação do imposto sobre a renda incidente sobre o valor da participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa (PLR) a partir do ano-calendário de 2014. <u>ATO DECLARATÓRIO INTERPRETATIVO Nº 8, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013</u> Declara a forma de tributação das microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que prestem serviços de pintura predial, instalação, manutenção e reparação hidráulica, elétrica, sanitária, de gás, de sistemas contra incêndio, de elevadores, de escadas e esteiras rolantes. SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN) ↳ Subsecretaria da Dívida Pública <u>PORTARIA Nº 2, DE 3 DE JANEIRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Declarar o valor nominal reajustado dos Títulos da Dívida Agrária, a partir de janeiro de 1989, para o mês de janeiro de 2014: [...]
Ministério da Integração Nacional (MI)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 2, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2013</u> [...] Art. 1º O item II e o parágrafo 1º do art. 2º da Portaria Interministerial nº 02, de 14 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de novembro de 2012, passa a ter a seguinte redação: "II - Pelo Ministério dos Transportes, que será representado pela Secretaria de Política Nacional de Transportes - SPNT/MT; § 1º A coordenação do GTI será exercida, em conjunto, pela Secretaria de Política Nacional de Transportes, do Ministério dos Transportes, e pela CODEVASF." [...] <u>PORTARIA Nº 700, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2013</u> Aprova o Regimento Interno da 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil - CNPDC e dá outras providências. SECRETARIA EXECUTIVA (SE) ↳ Comitê Gestor Interministerial do Auxílio Emergencial Financeiro <u>RESOLUÇÃO Nº 12, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013</u> Fixa as exigências a serem cumpridas pelos beneficiários do Auxílio Emergencial Financeiro, previsto na Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004 e na MP nº 635, de 27 de dezembro de 2013.
Ministério da Justiça (MJ)	SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (SENASP) ↳ Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (CONPORTOS)

	<u>RESOLUÇÃO Nº 50, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013</u> Altera a redação do art. 6º da Resolução nº 47, de 7 de abril de 2011, da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis.
Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 3, DE 8 DE JANEIRO DE 2014</u> Institui e regulamenta, no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura, a Política de Monitoramento e Avaliação e dispõe sobre a gestão dos programas constantes do Plano Plurianual 2012-2015 e das ações da Lei Orçamentária Anual. <u>PORTARIA Nº 2, DE 8 DE JANEIRO DE 2014</u> Dispõe sobre a realização de reuniões periódicas destinadas ao monitoramento e avaliação das políticas do Ministério da Pesca e Aquicultura desenvolvidas pelas Superintendências Federais de Pesca e Aquicultura. <u>PORTARIA Nº 1, DE 8 DE JANEIRO DE 2014</u> Dispõe sobre o Conselho Diretivo do Ministério da Pesca e Aquicultura.
Ministério da Previdência Social (MPS)	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) <u>RESOLUÇÃO Nº 378, DE 9 DE JANEIRO DE 2014</u> Dispõe sobre a antecipação do pagamento do valor correspondente a uma renda mensal do benefício de prestação continuada, previdenciário ou assistencial, no caso de calamidade pública. <u>RESOLUÇÃO Nº 376, DE 8 DE JANEIRO DE 2014</u> Altera a Resolução nº 171/PRES/INSS, de 21 de dezembro de 2011, e dá outras providências. [...] "Art. 4º..... Parágrafo único. Equiparam-se a usuários do INSS, para todos os efeitos, os advogados públicos vinculados à Advocacia-Geral da União - AGU que atuarem na consultoria e no assessoramento jurídico, e na representação judicial e extrajudicial do INSS." [...]
Ministério da Saúde (MS)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1, DE 2 DE JANEIRO DE 2014</u> Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). <u>PORTARIA Nº 71, DE 9 DE JANEIRO DE 2014</u> Aprova a Etapa VI do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de São Paulo e Municípios - PAR RUE RRAS 13 - e aloca recursos financeiros para sua implantação - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar. <u>PORTARIA Nº 66, DE 9 DE JANEIRO DE 2014</u> Altera e acresce dispositivos à Portaria nº 2.897/GM/MS, de 28 de novembro de 2013, que autoriza o repasse de recursos, em parcela única, para Estados e Municípios, referentes aos novos exames do Componente Pré-Natal e Teste Rápido de Gravidez da Rede Cegonha.

	<u>PORTARIA Nº 10, DE 3 DE JANEIRO DE 2014</u> Prorroga, em caráter excepcional, os prazos estabelecidos nos art. 51 e 68 da Portaria nº 342/GM/MS, de 4 de março de 2013, para construção e ampliação de Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24hs) habilitadas pelo Ministério da Saúde. <u>PORTARIA Nº 3.410, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013(*)</u> Estabelece as diretrizes para a contratualização de hospitais no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) em consonância com a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP). SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS) <u>PORTARIA Nº 15, DE 8 DE JANEIRO DE 2014</u> Define regras para o cadastramento dos Consultórios Itinerantes de Odontologia e Oftalmologia no âmbito do Programa Saúde na Escola e do Programa Brasil Alfabetizado.
Ministério das Cidades (MCidades)	CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (CCFDS) <u>RESOLUÇÃO Nº 199, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2013</u> Estabelece o Plano de Metas e as diretrizes gerais para a aplicação dos recursos alocados ao FDS para o exercício de 2014, no Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades, regido pela Resolução do Conselho Curador do FDS nº. 194, de 12 de dezembro de 2012, e suas alterações.
Ministério das Relações Exteriores (MRE)	SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES (SG) – Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior (SGEX) <u>PORTARIA DE 8 DE JANEIRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Para fins de verificação do limite remuneratório de que trata o artigo 37, inciso XI, da Constituição, o valor da Retribuição no Exterior paga ao servidor do Ministério das Relações Exteriores em missão transitória ou permanente no exterior, excluídas as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei, será convertido em moeda nacional ao câmbio de US\$/R\$ 2,2802. [...]
Ministério de Minas e Energia (MME)	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 597, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013</u> Altera a Resolução Normativa nº 427, de 22 de fevereiro de 2011, que regulamenta a Lei nº 12.111/2009 e o Decreto nº 7.246/2010 e estabelece os procedimentos para planejamento, formação, processamento e gerenciamento da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC. <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 596, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013</u> Estabelece critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, de aproveitamentos hidrelétricos de que trata o art. 2º do Decreto nº 7.850, de 30 de novembro de 2012. <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 595, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013</u> Estabelece as condições para contratação de energia elétrica em caso de atraso do início da operação comercial de unidade geradora

	ou empreendimento de importação de energia. AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP) <u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 6 DE JANEIRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Ficam estabelecidos, por meio desta Resolução, os requisitos a serem atendidos pelos produtores, importadores e fornecedores de aditivos que comercializam aditivos para combustíveis automotivos em todo o território nacional e pelos distribuidores que formulam os combustíveis aditivados, assim como os procedimentos para o registro destes aditivos. [...]
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (Inmetro) <u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2013</u> Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação Quadrienal 2014-2017, do Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade.
Ministério do Esporte (ME)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1, DE 3 DE JANEIRO DE 2014</u> Dispõe sobre os limites de utilização de recursos financeiros para custeio de despesas administrativas necessárias ao cumprimento das metas pactuadas pelo Comitê Olímpico Brasileiro - COB, Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB e Confederação Brasileira de Clubes - CBC na forma que especifica.
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 2, DE 3 DE JANEIRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Ficam divulgados os dias de feriados nacionais e estabelecidos os dias de ponto facultativo no ano de 2014, para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais: [...] SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA (SEGEP) <u>PORTARIA Nº 1, DE 9 DE JANEIRO DE 2014</u> Divulga o valor do menor e maior vencimento básico da Administração Pública Federal, para efeito de pagamento de Auxílio-Natalidade, de que trata o art. 196 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e para efeitos de pagamento da Gratificação por Encargo de Curso e Concurso, de que trata o art. 76-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. SECRETARIA EXECUTIVA (SE) <u>PORTARIA Nº 1, DE 3 DE JANEIRO DE 2014</u> Estabelece procedimentos e prazos para os atendimentos prestados pelo Serviço de Informações ao Cidadão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SIC/ MP. SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO (SPU) <u>PORTARIA Nº 1, DE 3 DE JANEIRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Estabelece normas e procedimentos para a autorização da utilização a título precário, de áreas de domínio da União mediante outorga de Permissão de Uso, e fixa parâmetros para o cálculo do valor de outorga onerosa e critérios para controle do uso. [...]

	<u>PORTARIA Nº 451, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2013</u> [...] Art. 1º - Criar Grupo de Trabalho para articulação e coordenação de ações relacionadas à incorporação e regularização patrimonial dos bens imóveis localizados nas regiões Sul e Sudeste - GT/RFFSA/SUL/SE. [...]
Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 2.072, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (*)</u> Aprova instruções para a declaração da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS ano-base 2013 SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO (SIT) <u>PORTARIA Nº 415, DE 2 DE JANEIRO DE 2014</u> Institui o Grupo Móvel de Auditoria de Condições de Trabalho em Obras de Infraestrutura - GMAI.
Ministério dos Transportes (MT)	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT) – Diretoria <u>DELIBERAÇÃO Nº 364, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013</u> [...] Art. 1º Aprovar, na forma do anexo desta Deliberação, as Diretrizes Básicas da Política de Segurança da Informação e Comunicações da ANTT. [...]
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
11/01/2014	LEI COMPLEMENTAR Nº 1.231, DE 10 DE JANEIRO DE 2014 Altera a Lei Complementar nº 1.120, de 29 de junho de 2010, que institui o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo DOE, Seção I, 11/01/2014, p. 1 LEI Nº 15.300, DE 10 DE JANEIRO DE 2014 (Projeto de lei nº 338/13, do Deputado Marcos Neves - PSB) Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com entidades esportivas para que menores da Fundação CASA-SP atuem nos eventos nas condições que especifica DOE, Seção I, 11/01/2014, p. 3 LEI Nº 15.299, DE 10 DE JANEIRO DE 2014 (Projeto de lei nº 577/11, do Deputado Hamilton Pereira - PT) Dispõe sobre a regionalização e a humanização das Perícias Médicas aos Servidores Públicos Estaduais, e dá providências correlatas DOE, Seção I, 11/01/2014, p. 1 DECRETO Nº 60.047, DE 10 DE JANEIRO DE 2014 Altera a denominação do Programa Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - PEPETP, instituído pelo Decreto nº 54.101, de 12 de março de 2009, e dá providências correlatas DOE, Seção I, 11/01/2014, p. 4

	DECRETO Nº 60.044, DE 10 DE JANEIRO DE 2014 Organiza as Circunscrições Regionais de Trânsito que especifica e dá providências correlatas DOE, Seção I, 11/01/2014, p. 4 MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 12, DE 2011</u> São Paulo, 10 de janeiro de 2014 A-nº 006 /2014 [...] De iniciativa parlamentar, a propositura cria a Região Metropolitana de São José do Rio Preto e respectivo Conselho de Desenvolvimento, de caráter deliberativo e normativo, composto por representantes dos municípios integrantes da região e por representantes do Governo do Estado; autoriza instituir entidade de direito público e constituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de São José do Rio Preto. [...] <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1.192, DE 2011</u> São Paulo, 10 de janeiro de 2014 A-nº 005 /2014 [...] Dispõe a propositura que fica definida, para o Estado de São Paulo, a categoria de unidade de conservação Parque Urbano de Conservação da Biodiversidade, nos termos do parágrafo único do artigo 6º da Lei federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. [...] <u>VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 577, DE 2011</u> São Paulo, 10 de janeiro de 2014 A-nº 004 /2014 [...] A propositura, de origem parlamentar, estabelece o direito de todos os funcionários, servidores e candidatos a cargos ou funções públicas da administração direta, das autarquias e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público do Estado de São Paulo, ao serem submetidos à perícias médicas, a um atendimento regionalizado e humanizado. [...]
10/01/2014	<u>DECRETO Nº 60.042, DE 9 DE JANEIRO DE 2014</u> Altera o Decreto 59.233/13 que isenta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS a importação de tesseras para mosaico, realizada pelo Santuário Nacional de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. <u>DECRETO Nº 60.041, DE 9 DE JANEIRO DE 2014</u> Fixa prazos especiais para recolhimento do ICMS nas saídas de mercadorias decorrentes do evento que especifica e dá outras providências
09/01/2014	<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.230, DE 8 DE JANEIRO DE 2014</u> Dispõe sobre criação e extinção de cargos no Quadro da Secretaria do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e dá outras providências <u>LEI Nº 15.295, DE 8 DE JANEIRO DE 2014</u> (Projeto de lei nº 519/13, do Deputado Osvaldo Verginio - PSD)

Dispõe sobre editais de concursos públicos, e dá providência correlata

LEI Nº 15.294, DE 8 DE JANEIRO DE 2014

(Projeto de lei nº 403/12, do Deputado Hélio Nishimoto - PSDB)
Dispõe sobre critérios para a outorga de títulos a Municípios paulistas

LEI Nº 15.293, DE 8 DE JANEIRO DE 2014

(Projeto de lei nº 471/11, da Deputada Regina Gonçalves - PV)
Dispõe sobre a isenção de taxas para expedição de segunda via de documentos às vítimas de catástrofe natural, no âmbito do Estado de São Paulo

LEI Nº 15.292, DE 8 DE JANEIRO DE 2014

(Projeto de lei nº 463/11, do Deputado Hamilton Pereira - PT)
Define diretrizes para a Política Estadual de Busca de Pessoas Desaparecidas, cria o Banco de Dados de Pessoas Desaparecidas e dá outras providências

DECRETO Nº 60.040, DE 8 DE JANEIRO DE 2014

Dá nova redação a dispositivo do Regulamento do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, alterado pelo [Decreto nº 59.824, de 26 de novembro de 2013](#)

DECRETOS DE 8-1-2014

Designando:

com fundamento no art. 4º da [Lei 13.867-2009](#), os adiante relacionados para integrarem, como membros, o Conselho Administrativo do Fundo Especial de Saúde para Imunização em Massa e Controle de Doenças - Fesima, para um mandato de 4 anos, na qualidade de: médico, de livre escolha do Secretário da Saúde, que será seu Presidente: [...]

com redação alterada pela [Lei 8.983-94](#), os a seguir indicados para integrarem, sob a presidência do Secretário da Saúde, na qualidade de membro nato, o Conselho Estadual de Saúde, como representantes:

I - do Poder Público: [...]

II - dos profissionais de saúde: [...]

III - dos usuários:

de centrais sindicais [...]

do setor empresarial: [...]

da associação de defesa de interesse da mulher: [...]

com fundamento do art. 24-A dos Estatutos da Fundação Pró-Sangue - Hemocentro de São Paulo, com as alterações aprovadas pelo [Dec. 41.628-97](#), acrescido pelo art. 2º do [Dec. 44.784-2000](#), os adiante relacionados para integrarem, como membros, o Conselho Fiscal da aludida Fundação, para um mandato de 4 anos, na qualidade de representantes:

da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional: [...]

MENSAGENS DE VETO

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 519, DE 2013

São Paulo, 8 de janeiro de 2014

A-nº 003 /2014

[...] De origem parlamentar, a propositura estabelece requisitos para

	elaboração de editais dos concursos públicos de provas ou de provas e títulos, no âmbito das Administrações Direta e Indireta do Estado, e dá outras providências. A medida, em essência, objetiva proibir a realização de concurso público exclusivamente para a formação de cadastro de reserva (artigo 1º, "caput"), o que será permitido apenas para candidatos aprovados em número excedente ao de cargos a serem providos (artigo 1º, parágrafo único). Dispõe o projeto, que o edital deve ser publicado com antecedência mínima de 90 (noventa) dias em relação à data da prova e que o período de inscrição será de, pelo menos, 30 (trinta) dias (artigo 2º); que o edital deverá ser distribuído, também, em língua brasileira de sinais (artigo 3º); e que o valor da inscrição deverá ser devolvido caso a prova seja adiada, anulada ou cancelada (artigo 4º). Reconheço os bons propósitos dessa Casa Legislativa, razão pela qual acolho a propositura em seus aspectos essenciais. Vejo-me, contudo, na contingência de vetar o parágrafo único do artigo 1º e os artigos 2º a 4º, pelos motivos que passo a expor. De proêmio, registro que é diretriz deste Governo a inadmissibilidade da formação de cadastro de reserva, um dos temas abordados na justificativa parlamentar. Nesse sentido, cito o Decreto nº 51.471, de 2 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a admissão e contratação de pessoal na Administração Direta e Indireta e dá providências correlatas, e a Resolução CC nº 7, de 26 de fevereiro de 2007, que orienta as Secretarias de Estado e Autarquias quanto aos procedimentos para contratação e/ou admissão de pessoal. Quanto aos dispositivos impugnados, referidos comandos estabelecem medidas de gestão administrativa, com interferência em órgãos da Administração, impondo a execução de providências concretas, tais como a formação de cadastro de reserva e a distribuição de edital em língua brasileira de sinais. A obrigatoriedade de tais regras, derivada de iniciativa parlamentar, não se harmoniza às imposições decorrentes do princípio da separação de poderes (artigo 2º da Constituição Federal e "caput" do artigo 5º da Constituição do Estado). [...]
08/01/2014	<u>DECRETO Nº 60.037, DE 7 DE JANEIRO DE 2014</u> Cria a Faculdade de Tecnologia - FATEC de Cotia, em Cotia, como Unidade de Ensino Tecnológico do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS e dá providências correlatas
07/01/2014	<u>DECRETO Nº 60.034, DE 6 DE JANEIRO DE 2014</u> Cria o 1º Batalhão de Ações Especiais de Polícia (1º BAEP), sediado em Campinas, altera o Decreto nº 55.742, de 27 de abril de 2010, que dispõe sobre a estruturação da Polícia Militar do Estado de São Paulo e dá providências correlatas
04/01/2014	<u>DECRETO Nº 60.030, DE 3 DE JANEIRO DE 2014</u> Prorroga o prazo a que se refere o artigo 17 do Decreto nº 56.843, de 17 de março de 2011,* e alterações posteriores, e dá providências correlatas <i>* Dispõe sobre a transferência do DETRAN, da Secretaria da Segurança Pública para a Secretaria de Gestão Pública</i> <u>DECRETO Nº 60.029, DE 3 DE JANEIRO DE 2014</u> Regulamenta a execução do Projeto Desenvolvimento Sustentável do

	Litoral Paulista de que trata o item 2 do § 1º do artigo 1º da Lei nº 14.990, de 29 de abril de 2013,* e dá providências correlatas <i>* Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito com instituições financeiras controladas pela União</i> <u>DECRETO Nº 60.028, DE 3 DE JANEIRO DE 2014</u> Cria a 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência, modelo de atenção nas unidades policiais que especifica, e dá outras providências <u>DECRETO Nº 58.813, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Retificação do D.O. de 28-12-2013 e republicado em 12-12-2013 No item 6.1 do anexo, leia-se como segue e não como constou: [...] MENSAGENS DE VETO <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 518, DE 2012</u> São Paulo, 3 de janeiro de 2014 A-nº 001/2014 [...] De origem parlamentar, a medida tem por objetivo denominar “Parada Inglesa – Professor Paulo Meinberg” a atual Estação Parada Inglesa da Linha 1 (Azul), Norte-Sul, da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ, na Capital. Em que pese o justo propósito que norteou a iniciativa, constante da justificativa que acompanha o projeto, vejo-me compelido a negar assentimento à propositura. De início, registre-se que o METRÔ, como sociedade de economia mista, rege-se pelas normas da Lei das Sociedades por Ações - Lei federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – e subordina-se ao regime jurídico de direito privado, em conformidade com o prescrito no artigo 173, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, dispondo de autonomia na gestão dos bens que integram o seu patrimônio, dentre os quais as suas estações. Em decorrência, as estações do METRÔ, por sua natureza, não podem ser equiparadas a prédios ou repartições públicas para fins de aplicação da Lei nº 14.707, de 8 de março de 2012. [...]
03/01/2014	<u>LEI Nº 15.276, DE 2 DE JANEIRO DE 2014</u> Dispõe sobre a destinação de veículos em fim de vida útil e dá outras providências <u>DECRETO Nº 60.025, DE 2 DE JANEIRO DE 2014</u> Institui Grupo de Trabalho para apresentar proposta de regulamentação da Lei nº 15.276, 2 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a destinação de veículos em fim de vida útil, e dá providências correlatas
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Agricultura e Abastecimento (SAA)	AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS (APTA) <u>PORTARIA APTA Nº 8, DE 8-1-2014</u> Disciplina a posse de animais domésticos por servidores residentes em Próprio do Estado localizados nas fazendas dos Institutos de Pesquisa, Pólos Regionais e Unidades de Pesquisa da APTA

	→ Departamento de Descentralização do Desenvolvimento (DDD) <u>PORTARIA INTERNA DDD 06, DE 03-01-2014</u> Dispõe sobre a utilização do alojamento do Pólo Regional de Desenvolvimento Tecnológico dos Agronegócios do Vale do Paraíba pertencente ao Departamento de Descentralização do Desenvolvimento. COORDENADORIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA (CDA) <u>PORTARIA CDA 01, DE 08-01-2014</u> Dispõe de autorização para dirigentes requisitarem transportes em geral no exercício de 2014. <u>PORTARIA CDA 14, DE 07-08-2012</u> Revoga Portarias de criação dos Postos de Vigilância Fitozoosanitária, nas diversas Inspetorias de Defesa Agropecuária, dos Escritórios de Defesa Agropecuária. <i>(Republicada por ter saído com incorreções)</i>
Casa Civil (CC)	CORREGEDORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO (CGA) <u>DECLARAÇÃO PÚBLICA DE BENS-ANUAL 2012</u> Em cumprimento ao disposto no Dec. 54.264-2009, a Corregedoria Geral da Administração faz publicar a declaração anual atualizada de bens e valores das autoridades e dos dirigentes abrangidos pelo art. 3º, incs. II a V, do Dec. 41.865-97, com redação alterada pelos arts. 53 e 54 do Decs. 57.500-2011 e art. 7º do Dec. 58.276-2012. [...]
Cultura (SC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SC 01, DE 6-1-2014</u> Designa membros para comporem o Conselho de Orientação Cultural do Memorial da Resistência, de que trata a Resolução SC 58, de 24-09-2009, para exercerem o mandato do biênio de 2014 a 2016 <u>COMUNICADO</u> PLANOS DE TRABALHO
Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPCD)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SE-85, DE 19-12-2013</u> Dispõe sobre a reorganização curricular do ensino fundamental, na Escola de Tempo Integral – ETI, e dá providências correlatas
Energia (SEE)	AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP) <u>DELIBERAÇÃO ARSESP 463, DE 09-01-2014</u> Altera o cronograma para desenvolvimento das etapas D2, D3, D4 e D5 constantes da Deliberação ARSESP 434, de 31-10-2013, referente ao Processo de Revisão Tarifária da SABESP.
Esporte, Lazer e Juventude (SELJ)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SELJ 02, DE 08-01-2014</u> Estabelece normas e procedimentos para prestação de contas de projetos na Lei Paulista de Incentivo ao Esporte. <u>RESOLUÇÃO SELJ 01, DE 03-01-2014</u> Dispõe sobre as diretrizes e normas operacionais do Programa

	Cartão VidAtiva para Idosos, instituído pelo Decreto 59.782, de 21-11-2013.
Fazenda (SF)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) RESOLUÇÃO SF 01, DE 02-01-2014 Dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo. COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) COMUNICADO CAT 24, DE 27-12-2013 O Coordenador da Administração Tributária declara que as datas fixadas para cumprimento das OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS, do mês de janeiro de 2014, são as constantes da Agenda Tributária Paulista anexa. [...] → Diretoria de Arrecadação (DA) COMUNICADO DA-06, DE 09-01-2014 Divulga valores arrecadados a título de Contribuição de Solidariedade às Santas Casas de Misericórdia, por região administrativa do Estado, relativamente ao mês de dezembro de 2013. COMUNICADO DA-05, DE 09-01-2014 Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 28-02-2014 para os débitos de Multas Infracionais do ICMS. COMUNICADO DA-04, DE 09-01-2014 Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 28-02-2014 para os débitos de ICMS. COMUNICADO DA-03, DE 09-01-2014 Divulga o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 28-02-2014 para os débitos de ICMS e Multas Infracionais do ICMS. COMUNICADO DA-02, DE 02-01-2014 Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 31-01-2014 para os débitos de Multas Infracionais do IPVA e do ITCMD. COMUNICADO DA-01, DE 02-01-2014 Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 31-01-2014 para os débitos de ITCMD e de IPVA. INSTITUTO DE PAGAMENTOS ESPECIAIS DE SÃO PAULO (IPESP) PORTARIA IPESP 30, DE 27-12-2013 Altera a composição do Conselho da Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo, de acordo com a Lei n. 13.549, de 26-05-2009.
Gestão Pública (SGP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) RESOLUÇÃO SGP Nº 02, DE 7-1-2014 Designa membros do Grupo Técnico para o Projeto "ideias.sp"
Justiça e Defesa da Cidadania (SJDC)	FUNDAÇÃO INST. DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO JOSÉ GOMES DA SILVA (ITESP) COMUNICADO

	2ª Lista de Vagas para Transferências - Portaria Itesp 048/2013
Logística e Transportes (SLT)	AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARTESP) ↳ Diretoria Geral <u>PORTARIA ARTESP 02, DE 02-01-2014</u> Designa responsável pelo Serviço de Informações ao Cidadão – SIC no âmbito da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DER) <u>PORTARIA SUP/DER-002, DE 09-01-2013</u> Dispõe sobre a circulação de veículos de carga na SP 050, nas condições que especifica. (3.3)
Planejamento e Desenvolvimento Regional (SPDR)	COORDENADORIA DE ORÇAMENTO (CO) <u>PORTARIA CO 01/2014, DE 2-1-2014</u> Dispõe sobre a Classificação da Despesa Orçamentária por Natureza DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN) <u>PORTARIA DETRAN Nº 3, DE 3-1-2014</u> Centraliza a análise dos processos de defesa da autuação e de advertência por escrito na Comissão de Análise de Defesa de Autuação junto à Diretoria de Educação para o Trânsito e Fiscalização do DETRAN <u>PORTARIA DETRAN 01, DE 2-1-2014</u> Relaciona e indica condutores notificados no mês de dezembro de 2013, consoante exigência prevista na Portaria DETRAN n. 767, de 2006
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO (GPG) ↳ Centro de Recursos Humanos (CRH) <u>COMUNICADO</u> A Diretora do Centro de Recursos Humanos, conforme Capítulo II das Instruções Especiais do Edital 04/2013, após o julgamento dos recursos apresentados, republica a lista dos servidores Aptos para concorrer ao Processo Especial de Progressão de 2012 [...] <u>COMUNICADO</u> A Diretora do Centro de Recursos Humanos, conforme Capítulo IV das Instruções Especiais do Edital nº 04-2013, publ. DOE 18-12-2013, divulga o resultado final do Processo Especial de Progressão 2012, obedecidos os critérios de desempate, para o conhecimento dos interessados, os quais poderão, dentro de 3 dias úteis contados da data desta publicação apresentar recurso. [...]
Saúde (SS)	COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS (CCD) <u>PORTARIA CCD – 1, DE 2-1-2014</u> Constitui o Grupo Executivo das Ações de Vigilância em Saúde Ambiental da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e dá providências correlatas

Segurança Pública (SSP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) ↳ Corregedoria Geral da Polícia Civil <u>PORTARIA CGPC-20, DE 27-12-2013</u> Aplica no âmbito da Corregedoria Geral da Polícia Civil a Portaria DGP 46/2013 * <i>* Veda a fruição de férias e licença-prêmio no período da Copa do Mundo Fifa 2014</i> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO (PMESP) ↳ Comando Geral (CG) <u>PORTARIA PM1-1/02/14, DE 02-01-2014</u> Dispõe sobre a Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Militar – DEJEM, aos integrantes da Polícia Militar do Estado e dá outras providências.
Transportes Metropolitanos (STM)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO STM 02, DE 09-01-2014</u> Autoriza a integração física e tarifária entre os atendimentos metropolitanos e linha complementar de viagem entre o Terminal Metrô Butantã e o Largo da Batata, gerenciados pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A – EMTU/SP, que especifica <u>RESOLUÇÃO STM 01, DE 09-01-2014</u> Autoriza a integração física e tarifária entre os atendimentos metropolitanos, gerenciados pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A – EMTU/SP, que especifica.
Universidade de São Paulo (USP)	REITORIA ↳ Museu de Zoologia (MZ) <u>PORTARIA MZ-1, DE 6-1-2014</u> Dispõe sobre a eleição para a composição da Lista Tríplice para escolha do Vice-Diretor do Museu de Zoologia UNIDADES UNIVERSITÁRIAS ↳ Prefeitura do Campus USP Luiz de Queiroz <u>PORTARIA CONSELHO GESTOR DO CAMPUS USP LUIZ DE QUEIROZ Nº 1, DE 3-1-2014</u> Institui a Comissão Técnica (CT) Permanente de Prevenção e Controle da Febre Maculosa Brasileira no Campus USP Luiz de Queiroz
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
07/01/2014	TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) <u>COMUNICADO SDG Nº 02/2014</u> O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo torna pública a relação de órgãos ou entidades que de acordo com o disposto no artigo 103 da Lei Complementar 709, de 1993, estão proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições do Estado ou dos Municípios até que regularizem sua situação perante este Tribunal. Notas: 1- Esta relação é atualizada mensalmente, com a exclusão dos órgãos e/ou entidades que regularizaram sua situação perante este Tribunal e inclusão daqueles que foram apenados, cujas decisões

	transitaram em julgado. 2- A presente publicação aponta situações a contar de junho de 2005, podendo constar casos anteriores à data mencionada e que serão resolvidos mediante expedição de certidão. SDG, 6 de janeiro de 2014 SÉRGIO DE CASTRO JR. SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL SUBSTITUTO [...] <u>COMUNICADO SDG Nº 01/2014</u> O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo COMUNICA a todos os órgãos jurisdicionados que, em decorrência da correção anual pela variação da UFESP e consoante previsto nas Instruções nºs 01 e 02/2008, bem como na Resolução nº 01/2012, os valores atualizados de remessa de ajustes a esta Corte, vigentes para o exercício de 2014, são os seguintes: I - no âmbito estadual, todos os contratos e atos jurídicos análogos, inclusive os relativos à concessão e permissão de serviços públicos, convênios firmados com órgãos públicos ou entidades não-governamentais, contratos de gestão e termos de parceria, de valor igual ou superior a R\$3.824.000,00; II - no âmbito municipal, todos os contratos e atos jurídicos análogos, inclusive os relativos à concessão e permissão de serviços públicos, de valor igual ou superior a R\$ 3.824.000,00 para obras e serviços de engenharia e R\$ 2.731.000,00 para compras e demais serviços, convênios firmados com entidades não-governamentais, contratos de gestão e termos de parceria. SDG, 06 de janeiro de 2014. SÉRGIO DE CASTRO JR. SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL SUBSTITUTO
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
11/01/2014	<u>LEI Nº 15.962, DE 10 DE JANEIRO DE 2014</u> (PROJETO DE LEI Nº 11/10, DOS VEREADORES MARA GABRILLI – PSDB, GOULART – PSD, FLORIANO PESARO – PSDB E MARTA COSTA - PSD) Estabelece diretrizes a serem observadas na implantação de abrigos e pontos de parada que integram o Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros da cidade de São Paulo com vistas a garantir que seus usuários tenham acesso às informações pertinentes ao serviço prestado, e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 54.761, DE 10 DE JANEIRO DE 2014</u> Delega competência ao Secretário Municipal de Habitação para celebração e gerenciamento de instrumentos relativos ao Programa Minha Casa, Minha Vida. <u>DECRETO Nº 54.760, DE 10 DE JANEIRO DE 2014</u> Regulamenta a Lei nº 15.931, de 20 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a criação do Programa de Incentivos Fiscais para prestadores de serviços em região da Zona Leste do Município de São Paulo.

10/01/2014	<u>LEI Nº 15.961, DE 9 DE JANEIRO DE 2014</u> (PROJETO DE LEI Nº 236/12, DOS VEREADORES JOSÉ AMÉRICO – PT, FLORIANO PESARO – PSDB, ORLANDO SILVA – PC DO B E REIS – PT) Altera o inciso IV do art. 7º da Lei nº 14.071, de 18 de outubro de 2005, que institui o Programa Municipal de Fomento à Dança para a Cidade de São Paulo.
09/01/2014	<u>LEI Nº 15.960, DE 8 DE JANEIRO DE 2014</u> (PROJETO DE LEI Nº 36/13, DO VEREADOR OTA – PROS) Institui o Serviço de Assistência Psicológica ao Estudante na rede municipal de ensino, e dá outras providências. <u>LEI Nº 15.959, DE 8 DE JANEIRO DE 2014</u> (PROJETO DE LEI Nº 340/12, DOS VEREADORES JAMIL MURAD - PC DO B, DALTON SILVANO – PV, ORLANDO SILVA - PC DO B E RICARDO NUNES - PMDB) Acresce os incisos XVI ao XXX ao art. 2º da Lei nº 13.944, de 30 de dezembro de 2004,* altera a redação do art. 3º da Lei nº 13.944, de 30 de dezembro de 2004, e dá outras providências. <i>* Regulamenta o uso misto de postos de serviço de abastecimento, lubrificação e/ou lavagem de veículos com atividades comerciais e dá outras providências.</i>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa

mariaisa@sp.gov.br

Casa Civil do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Júlio César de Paula - jcdepaula@sp.gov.br

Marcelo Conti - mconti@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107